

## Construtora Norberto Odebrecht S.A.

CNPJ Nº 15.102.288/0001-82

RIO DE JANEIRO - RJ (SEDE)  
Praia de Botafogo, 300 - Sobrelaje 2º e 11º andares  
22250-040 - Botafogo - Rio de Janeiro - RJ - Brasil  
Endereço Eletrônico: <http://www.odebrecht.com>  
Telefax: (0xx21) 2552-4448 - Tel.: (0xx21) 2559-3000

SÃO PAULO - SP  
Av. das Nações Unidas, 8.501  
Eldorado Business Tower - 28º andar - Alto de Pinheiros  
05425-070 - São Paulo - SP - Brasil  
Tel.: (0xx11) 3096-8000 - Fax.: (0xx11) 3096-8017

BRASÍLIA - DF  
SAS Qd. 5 B1.N  
Edif. OAB - 9º andar  
70438-900 - Brasília - DF - Brasil  
Telefax: (0xx61) 3316-2555 - Tel.: (0xx61) 3316-2525

SALVADOR - BA  
Av. Luís Viana, 2841  
(Paralela) - Ed. Odebrecht  
41730-900 - Salvador - BA - Brasil  
Tel.: (0xx71) 3206-1111 - Fax (0xx71) 3206-1112

RECIFE - PE  
Rua Antônio Lumack do Monte, nº 128  
Ed. Empresarial Center III - 16º andar - Sala 1603  
51020-350 - Boa Viagem - Recife - PE - Brasil  
Tel.: (0xx81) 3464-1200 - Telefax: (0xx81) 3327-1668

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Submetemos a apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo de 31 de dezembro de 2010. Permanecemos a disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos necessários. Rio de Janeiro, 16 de março de 2011.

#### BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em milhares de reais

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009		31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
<b>Ativo</b>				<b>Passivo e patrimônio líquido</b>			
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	1.901.353	1.473.341	929.438	Financiamentos (Nota 14)	63.397	53.199	54.410
Contas a receber de clientes (Nota 7)	793.881	536.206	547.885	Fornecedores e subempreiteiros	366.037	426.074	452.567
Adiantamentos a fornecedores, subempreiteiros e outros	38.978	38.311	26.127	Impostos, taxas, salários e contribuições sociais	362.510	246.742	188.033
Tributos a recuperar (Nota 8)	101.821	98.375	85.638	Participação dos administradores	12.500	12.500	12.500
Estoques (Nota 9)	245.759	237.452	254.301	Provisão para contingências (Nota 15)	115.035	73.437	30.826
Contas-correntes com consorciadas	29.838	53.081	41.743	Adiantamentos recebidos de clientes	258.341	240.700	122.825
Despesas antecipadas	54.794	37.203	18.785	Contas-correntes com consorciadas	412.567	31.586	19.622
Dividendos a receber	316.566			Demais contas a pagar	159.845	165.374	75.279
Demais contas a receber	368.384	141.297	127.079		1.750.232	1.249.612	956.062
	3.851.374	2.615.266	2.030.996				
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Realizável a longo prazo				Sociedades da Organização Odebrecht (Nota 11)	519	516	516
Aplicações financeiras	7.415	4.003	4.003	Financiamentos (Nota 14)	41.257	61.140	61.878
Sociedades da Organização Odebrecht (Nota 11)	2.863.002	1.481.888	176.407	Adiantamentos recebidos de clientes	2.268.229	904.408	251.725
Contas a receber de clientes (Nota 7)	513.476	401.929	250.102	Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 16 (b))	293.107	334.014	68.234
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 16 (a))		66.500	31.316	Fornecedores e subempreiteiros	40.374	37.133	32.966
Tributos a recuperar (Nota 8)	6.695	6.741	105.257	Provisão para contingências (Nota 15)		6.386	448
Créditos Eletrobrás (Nota 10)	240.710	221.312	207.149	Parcelamento de tributos (Nota 15)	114.393	109.741	91.025
Despesas antecipadas	87.111	69.058	4.902	Provisão para perdas em investimentos (Nota 12 (a))	18.315	99.434	34.471
Demais contas a receber	159.055	78.058	81.074	Incentivos de longo prazo (Nota 17)	4.344	78.378	
	3.877.464	2.329.489	1.220.210	Demais contas a pagar	45.044		4.593
					2.825.582	1.631.150	545.856
<b>Investimentos</b>				<b>Patrimônio líquido</b>			
Sociedades controladas e coligadas (Nota 12 (b))	416.016	672.911	519.243	Capital social (Nota 18 (a))	1.113.126	1.378.375	1.378.375
Outros	5.159	3.290	5.145	Reservas de lucros	2.879.586	1.548.938	831.012
Imobilizado (Nota 13)	307.816	264.735	277.823	Ajuste de avaliação patrimonial (Nota 18 (c))	(69.758)	127.026	353.370
Intangível (Nota 2.11)	40.939	49.410	11.258		3.922.954	3.054.339	2.562.757
	4.647.394	3.319.835	2.033.679		8.498.768	5.935.101	4.064.675
<b>Total do ativo</b>	<b>8.498.768</b>	<b>5.935.101</b>	<b>4.064.675</b>	<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>8.498.768</b>	<b>5.935.101</b>	<b>4.064.675</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

#### DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Atribuível aos acionistas					
	Capital social	Subvenção Legal	Reservas de lucros para investimentos (estatutária)	Realização de Futuro aumento de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Total do patrimônio líquido
<b>Em 1º de janeiro de 2009</b>	1.378.375	137.097	15.406	678.509	353.370	2.562.757
Total do resultado abrangente do exercício:						
Lucro líquido do exercício - R\$ 3,141 por ação do capital social						
Ajuste de avaliação patrimonial de investida					145.052	145.052
Variação cambial de patrimônios de exterior (Nota 2.2)					(376.975)	(376.975)
Variação no valor de mercado de instrumentos financeiros de investida					5.579	5.579
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>					(226.344)	659.832
Transações de capital com os sócios:						
Destinação do lucro líquido do exercício:						
Juros sobre capital próprio - R\$ 0,206 por ação do capital social (Nota 18 (d))						
Dividendos antecipados - R\$ 0,390 por ação do capital social (Nota 18 (d))						
Constituição de reservas	49.201		393.725	275.000		
<b>Em 31 de dezembro de 2009</b>	1.378.375	186.298	15.406	1.072.234	127.026	3.054.339
Total do resultado abrangente do exercício:						
Lucro líquido do exercício - R\$ 4,221 por ação do capital social						
Ajuste de avaliação patrimonial de investida					(36.010)	(36.010)
Variação cambial de investidas no exterior (Nota 2.2)					(153.020)	(153.020)
Variação no valor de mercado de instrumentos financeiros de investida					(7.754)	(7.754)
Variação no percentual de participação de investidas						
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>					239.852	239.852
Transações de capital com os sócios:					(196.784)	1.430.648
Redução de Capital (Nota 18 (a))	(265.249)					
Destinação do lucro líquido do exercício:						
Dividendos e juros sobre capital próprio - R\$ 0,354 por ação do capital social (Nota 18 (d))						
Transferência de reservas				(181.733)	181.733	(100.000)
Constituição de reservas		36.327		1.294.321		(1.330.648)
<b>Em 31 de dezembro de 2010</b>	1.113.126	222.625	15.406	890.501	1.751.054	3.922.954

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

#### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

##### 1 Contexto operacional

A Construtora Norberto Odebrecht S.A. ("CNO" ou "Companhia"), parte integrante da Organização Odebrecht ("Organização"), tem sua sede legal no Rio de Janeiro e sua sede administrativa em São Paulo, tem por objeto social, principalmente, o planejamento e a execução de projetos e obras de engenharia em todos os seus ramos e especialidades, sob regime de empreitada, administração ou outros admitidos; instalações técnicas de engenharia civil, montagens industriais, consultoria, planejamento, assessoria e estudos técnicos; a prestação de serviços administrativos ou técnicos; a participação em outras sociedades, visando maior desenvolvimento, solidez e rentabilidade e a prática de outras atividades econômicas conexas, inclusive as de importação e exportação, locação e compra e venda de equipamentos e transportes.

Através de suas sucursais, a Companhia possui atuação direta nos seguintes países: Venezuela, Angola, Equador, República Dominicana, Colômbia, México, Emirados Árabes Unidos, Bolívia, Argentina, Peru, Costa Rica e Panamá. Através de suas subsidiárias diretas e indiretas, adicionalmente aos países mencionados anteriormente, a Companhia atua em: Portugal, Estados Unidos da América, Djibouti, Inglaterra, Chile, Uruguai, Espanha, Líbia, Libéria, Áustria e Moçambique.

No segmento de construção civil pesada, a Companhia desenvolve projetos de construção de rodovias, ferrovias, usinas hidrelétricas, termelétricas e nucleares, instalações portuárias, barragens, assim como outros projetos industriais e de infraestrutura.

As principais obras atualmente em execução no Brasil são: Usina Hidrelétrica Santo Antônio em Rondônia, Projeto Submarino no Rio de Janeiro, Refinaria Renest da Petróleo Brasileiro S.A. ("Petrobras"), Usinas de cana-de-açúcar para a ETH/Brenco, Ferrovia Transnordestina no Piauí/Pernambuco, Rodovia D. Pedro I em São Paulo, Refinaria Repar no Paraná e Plataformas P59 e P60 da Petrobras, além de diversos contratos de prestação de serviços em plataformas de petróleo e plantas petroquímicas. No exterior, a Companhia tem projetos em 14 países, e as principais obras em execução concentram-se na Venezuela (projeto Agrário Socialista Planície Maracaibo - Irrigação El Dilúvio, Ponte Orinoco, obras das linhas 3 e 5 do Metrô de Caracas, Metrô Guarenas Guatire, Metrô Los Teques linha 2 e Hidrelétrica Tocoma), nos Estados Unidos da América (Metro Orange Line em Miami), na Colômbia (Estrada Ruta Del Sol), na Argentina (obra de ampliação de gasoduto e Planta de Tratamento de Água Paraná de las Palmas), no Peru (Rodovia Carhuaz - San Luis e trem elétrico), em Angola (obras de rodovias, saneamento, urbanização e diversas obras de infraestrutura), na República Dominicana (estrada Coral, Usina Hidrelétrica de Palomino e obra de saneamento Samaná) e no Panamá (sistema coletor de águas e planta de tratamento de água).

No processo de aquisição e na execução de contratos no Brasil e no exterior, a Companhia utiliza: (i) seguro-garantia ("Surety Bond"), obtido com o apoio da OCS - Odebrecht Administradora e Corretora de Seguros Ltda. ("OCS"), empresa integrante da Organização Odebrecht, através de alianças estratégicas de longo prazo com seguradoras e corretoras de primeira linha no mercado segurador global (Nota 21).

##### (i) Participação no setor diamantífero

Através de suas investidas, a Companhia atua também na prospecção e exploração de minérios. Nesse segmento, a Companhia tem participação de 16,4%, através de sua subsidiária integral indireta Odebrecht Mining Services, Inc. ("OMSI"), na Sociedade Mineira de Catoca, Limitada ("Catoca"), que atua na prospecção, reconhecimento, exploração, tratamento e comercialização de diamantes e outros minérios, mais especificamente no Projeto Catoca, na Província de Lunda Sul (Angola). A Catoca possui concessão do Governo Angolano para explorar os diamantes extraídos de "kimberlitos". A Catoca atualmente está investindo em duas novas áreas de concessão, Luemba e Lapi.

Adicionalmente, a Companhia também participa através da OMSI, com 50% na Sociedade de Desenvolvimento Mineiro de Angola, S.A.R.L. ("SDM"), que atua na prospecção, exploração e comercialização de diamantes extraídos na área de concessão que possui do Governo Angolano, na Bacia Hidrográfica do Rio Cuango (Angola). A SDM possui concessão para exploração de diamantes na região de Luzamba, cuja exploração foi encerrada em 31 de dezembro de 2009, em virtude de estarem esgotadas as reservas de diamantes economicamente viáveis. A administração da Companhia vem

avaliando novas concessões, bem como outros projetos para exploração de diamantes na região.

##### (ii) Equalização da estrutura societária

Dando continuidade ao processo de reestruturação societária, cujo início ocorreu em 2004, objetivando a otimização da estrutura da Organização, a concentração das contas-correntes na Companhia enquanto gestora do contrato de conta-corrente e a gestão única de caixa mantido entre as empresas da Organização, e a segregação societária dos negócios de engenharia e construção, de empreendimentos imobiliários, de engenharia ambiental, de construção e montagem de plantas industriais, de investimentos em infraestrutura e de óleo e gás, as principais movimentações societárias realizadas em 2009 e 2010 foram às seguintes:

- Em 31 de dezembro de 2009, a acionista Odebrecht S.A. ("ODB") alienou para a Companhia e sua controlada direta Belgrávia Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Belgrávia"), sua participação nas controladas diretas Odebrecht Plantas Industriais e Participações S.A. ("OPIP") e CNO Brasil, pelo valor patrimonial contábil de 31 de dezembro de 2009, nos montantes de R\$ 228.570 e R\$ 168.878, respectivamente, em contrapartida ao conta-corrente existente com a Companhia e a Belgrávia.
- Em 31 de dezembro de 2009, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, a subscrição e integralização de aumento do capital social da Odebrecht Serviços e Participações S.A. ("OSP") em R\$ 735.901, com ações de emissão da Braskem S.A. ("Braskem"), detidas pela controlada direta Belgrávia, a valor contábil de 30 de novembro de 2009.
- Em 5 de janeiro de 2010, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento do capital social da ETH Bionergia S.A. ("ETH") em R\$ 217.698, através da emissão de 301.771.580 novas ações, com créditos detidos entre a Companhia e a ETH. Em 25 de fevereiro de 2010, a Companhia subscreveu e integralizou capital na ETH Investimentos S.A. ("ETHINV"), no montante de R\$ 191.693, com o investimento detido na ETH.
- Em 31 de março de 2010, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, a redução do capital social da Companhia em R\$ 204.257, sem cancelamento de ações. Em decorrência desta redução, o investimento detido pela Companhia na ETHINV foi transferido para ODB (Nota 18 (a)).
- Em 30 de abril de 2010, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, cisão parcial do patrimônio da OPIP, avaliada a valor patrimonial contábil, nessa mesma data, com versão da parcela cindida para a Companhia. O capital social da OPIP foi reduzido em R\$ 5.753, passando de R\$ 300.000 para R\$ 294.247, com o cancelamento de 7.635.824 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. Considerando que a OPIP é uma controlada da Companhia, a incorporação das ações da parcela cindida da OPIP não alterou o capital da Companhia.
- Em 31 de maio de 2010, foi transferido para a Companhia o investimento na Odebrecht Oil and Gas Angola Limited ("OOGA"), pelo valor contábil de US\$ 100,00, detido anteriormente pela Odebrecht Óleo e Gás S.A. ("OOG"), com a utilização do conta-corrente mantido entre as empresas.
- Em 10 de junho de 2010, a Belgrávia emitiu e subscreveu 14.146.918 novas ações ordinárias, ao valor patrimonial de R\$ 4,24 cada, integralizadas em sua totalidade pela Companhia, no montante de R\$ 60.000, mediante o conta-corrente mantido entre as empresas.
- Em 22 de junho de 2010, o capital social da CNO Brasil foi reduzido em R\$ 60.992, sem cancelamento de ações, através da transferência do investimento detido na Concessionária Rota das Bandeiras S.A. ("Rota das Bandeiras") para a sua acionista Belgrávia, na data-base de 31 de maio de 2010.
- Ainda em 22 de junho de 2010, o capital social da Belgrávia foi reduzido em R\$ 60.992, sem cancelamento de ações, através da transferência do investimento detido na Rota das Bandeiras para a Companhia, na data-base de 31 de maio de 2010. Por sua vez, a Companhia reduziu seu capital social transferindo o investimento recebido da Belgrávia na Rota das Bandeiras para a acionista ODB (Nota 18 (a)).
- Em 31 de agosto de 2010, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, a subscrição e integralização de aumento do capital da OSP em R\$ 1.896, mediante capitalização do investimento da Companhia na Odebrecht Equipamentos Ltda. ("ODEQ").
- Em 31 de dezembro de 2010, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, a redução do capital social da OPIP em R\$ 215.000,

#### DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2010	2009
<b>Operações continuadas</b>		
<b>Receita líquida de serviços e vendas (Nota 19)</b>	5.748.129	4.990.960
Custo dos serviços prestados	(4.345.712)	(3.395.258)
Custo das mercadorias vendidas	(238.888)	(902.357)
<b>Lucro bruto</b>	1.163.529	693.345
<b>Despesas operacionais</b>		
Gerais e administrativas	(672.268)	(525.770)
Honorários dos administradores	(12.672)	(12.320)
Participação dos administradores	(12.500)	(12.500)
<b>Lucro operacional</b>	466.089	142.755
<b>Resultado de participações societárias</b>		
Equivalência patrimonial (Nota 12 (b))	805.140	699.805
Reversão (Provisão) para perdas em investimentos (Nota 12 (a))	115.230	(65.889)
Outros resultados de equivalência patrimonial (Nota 12 (b))	9.466	17.307
<b>Resultado financeiro</b>		
Resultado financeiro, líquido (Nota 20)	12.867	428.722
<b>Outras receitas (despesas)</b>		
Outras receitas (despesas), líquidas	11.902	(625)
<b>Lucro antes da contribuição social e do imposto de renda</b>	1.420.694	1.222.075
Contribuição social (Nota 16)	(80.038)	(54.082)
Imposto de renda (Nota 16)	(149.860)	(281.817)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	1.190.796	886.176
Lucro por lote de mil ações do capital social das operações continuadas no final do exercício - R\$	4,221	3,141

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

#### DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

	2010	2009
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	1.420.694	1.222.075
<b>Ajustes:</b>		
Participação em sociedades coligadas		
Equivalência patrimonial e outros	(814.606)	(717.112)
Provisão para perdas em investimentos	(115.230)	65.889
Redução de receita de contratos de construção	268.367	239.669
Realização de ajuste a valor patrimonial e de ajuste acumulado de conversão	(9.466)	
Depreciação e amortização	113.565	79.741
Valor residual de ativo imobilizado e de gastos com projetos baixados	26.108	91.204
Juros e variações monetárias e cambiais, líquidos	(75.076)	(756.441)
<b>Variação proveniente das operações</b>	814.356	225.025
<b>Variação nos ativos e passivos:</b>		
Aplicações financeiras		
Contas a receber de clientes	(394.444)	(149.235)
Estoques	(8.307)	16.849
Tributos a recuperar	(3.400)	85.779
Despesas pagas antecipadamente e outros ativos	37.783	(185.111)
Fornecedores e subempreiteiros	(89.720)	(20.434)
Adiantamentos recebidos de clientes	1.184.656	751.600
Imposto de renda e contribuição social		(106.003)
Impostos, taxas, salários e contribuições sociais	(52.013)	175.502
Outros passivos	244.592	(169.310)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	1.729.503	624.662
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>		
Adições ao investimento	(8.356)	(8.585)
Adições ao imobilizado e intangível	(109.205)	(161.965)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>		

## Construtora Norberto Odebrecht S.A.

CNPJ Nº 15.102.288/0001-82

**RIO DE JANEIRO - RJ (SEDE)**  
Praia de Botafogo, 300 - Sobreloja 2ª e 11ª andares  
22250-940 - Botafogo - RJ - Brasil  
Endereço Eletrônico: <http://www.odebrecht.com>  
Telefax: (0xx21) 2552-4448 - Tel.: (0xx21) 2559-3000

**SÃO PAULO - SP**  
Av. das Nações Unidas, 8.501  
Eldorado Business Tower - 28º andar - Alto de Pinheiros  
05425-070 - São Paulo - SP - Brasil  
Tel.: (0xx11) 3096-8000 - Fax.: (0xx11) 3096-8017

**BRASÍLIA - DF**  
SAS Qd. 5 B/LN  
Edif. OAS - 9º andar  
70438-900 - Brasília - DF - Brasil  
Telefax: (0xx61) 3316-2555 - Tel.: (0xx61) 3316-2525

**SALVADOR - BA**  
Av. Luís Viana, 2841  
(Paralela) - Ed. Odebrecht  
41730-900 - Salvador - BA - Brasil  
Tel.: (0xx71) 3206-1111 - Fax (0xx71) 3206-1112

**RECIFE - PE**  
Rua Antônio Lumack do Monte, nº 128  
Ed. Empresarial Center III - 16º andar - Sala 1603  
51020-350 - Boa Viagem - Recife - PE - Brasil  
Tel.: (0xx81) 3464-1200 - Telefax: (0xx81) 3327-1668

(continuação)

A Companhia, como participante do processo de reestruturação societária poderá ser afetada econômica e/ou societariamente pelo desfecho deste processo.

### (iii) Equalização da posição financeira

A Companhia tem o seu crédito acompanhado e analisado pelas principais agências classificadoras de risco (“agências de rating”) há muitos anos e desde sua primeira classificação, vem obtendo consecutivas elevações nas escalas nacional e global.

Em dezembro de 2009, a agência de rating Moody’s iniciou a cobertura da Companhia, atribuindo a classificação de grau de investimento Baa3 na escala global e Aa1.br na escala nacional brasileira. Em outubro de 2010, a agência de rating Fitch Ratings elevou a classificação da CNO, para grau de investimento BBBB - na escala global e elevou para AA+ a escala nacional brasileira.

Abaixo a classificação de crédito corporativo da Companhia pelas três agências de rating que fazem seu acompanhamento:

	Moody’s	Standard&Poors	FitchRatings
Escala Nacional - Longo Prazo	Aa1.br	br AA -	AA+(bra)
Escala Global - Moeda Local e Moeda Estrangeira	Baa3	BB	BBB -

### 2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo se indicado de forma diferente.

#### 2.1 Base de preparação

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria da Companhia em 16 de março de 2011.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Organização. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

As demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foram preparadas pela administração, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Tais demonstrações apresentadas em separado dessas demonstrações financeiras foram examinadas pelos auditores independentes que emitiram seu relatório sem modificações, com data de 16 de março de 2011 e estão disponíveis na sede da Companhia. Estas são as primeiras demonstrações financeiras apresentadas de acordo com CPCs pela Companhia. As principais diferenças entre as práticas contábeis adotadas anteriormente no Brasil (BR GAAP antigo) e os CPCs, estão descritas na Nota 22.

#### 2.2 Conversão de moeda estrangeira

##### (a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que também é a moeda funcional da Companhia.

##### (b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com financiamentos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como “Resultado financeiro, líquido”.

As alterações no valor justo dos títulos monetários em moeda estrangeira, classificadas como disponíveis para venda, são separadas entre variações cambiais relacionadas com o custo amortizado do título e outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais do custo amortizado são reconhecidas no resultado, e as demais variações no valor contábil do título são reconhecidas no patrimônio.

As variações cambiais de ativos e passivos financeiros não monetários, como por exemplo, os investimentos em ações classificadas como mensuradas ao valor justo através do resultado, são reconhecidas no resultado como parte do ganho ou da perda do valor justo. As variações cambiais de ativos financeiros não monetários, como por exemplo, os investimentos em ações classificadas como disponíveis para venda, estão incluídas na conta de ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

##### (c) Empresas da Companhia

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades da Companhia, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço.
- As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas médias de câmbio dos respectivos períodos.
- Os totais as diferenças de câmbio líquido são reconhecidas como um componente separado do patrimônio líquido.

Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, as diferenças de câmbio que foram registradas no patrimônio são reconhecidas na demonstração do resultado, como parte de ganho ou perda resultante da venda.

Ágio e ajustes de valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento.

#### 2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, ordens de pagamento à vista expedidas por clientes e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor.

As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como “Financiamentos”, no passivo circulante.

#### 2.4 Ativos financeiros

##### 2.4.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

##### (a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se tiver sido adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge*. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

##### (b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem “Caixa e equivalentes de caixa” e “Contas a receber de clientes e demais contas a receber” (Notas 2.3 e 2.6).

#### 2.4.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação (data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo).

Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em “Resultado financeiro, líquido” no período em que ocorrem. Receita de dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado é reconhecida na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito da Companhia de receber os dividendos.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação.

Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções, que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

#### 2.4.3 Impairment de ativos financeiros e não financeiros

A Companhia avalia no final de cada exercício se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment*, como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos

ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Para os ativos não financeiros que estão sujeitos à amortização, é feita uma revisão periódica pela administração sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor pelo qual o saldo contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo do ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

#### 2.5 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado. E são subsequentemente remensurados ao seu valor justo. Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 e 1º de janeiro de 2009, a Companhia não possui contratos de instrumentos financeiros derivativos.

#### 2.6 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros deduzido de provisões para devedores duvidosos “PDD” (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, quando necessária. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, ficam apresentadas no ativo não circulante.

#### 2.7 Estoques

Os estoques de peças e materiais para aplicação nas obras são demonstrados ao custo médio das compras, inferior aos custos de reposição ou aos valores de realização.

As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

#### 2.8 Depósitos judiciais

Os depósitos são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor do correspondente passivo constituído quando não houver possibilidade de resgate dos depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a Companhia (Nota 15).

#### 2.9 Investimentos em controladas e coligadas

Os investimentos em controladas e coligadas (sociedades nas quais a Companhia tem influência significativa na administração) são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Influência significativa é considerada, normalmente, quando a participação direta ou indireta representa vinte por cento (20%) ou mais do capital votante da investida.

No caso de variação cambial de investimento em coligadas e controladas no exterior, as variações no valor do investimento, decorrentes exclusivamente de variação cambial, são apresentadas na conta “Ajuste de avaliação patrimonial” no patrimônio líquido da Companhia, mensurados conforme descrito na Nota 2.2.

Quando necessário, as práticas contábeis das investidas são alteradas para garantir consistência com as práticas adotadas pela Companhia.

#### 2.10 Demais ativos

Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas ou, no caso de despesas do exercício seguinte, ao custo.

#### 2.11 Ativos intangíveis

##### (a) Ágio

O ágio é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da respectiva controlada adquirida. O ágio decorrente de aquisições de controladas é registrado como “Ativo intangível”. O eventual deságio é registrado como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar a existência de perdas (*impairment*). Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

##### (b) Softwares

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável no prazo de até 10 anos.

#### 2.12 Imobilizado

É composto, substancialmente, por máquinas e equipamentos aplicados nos contratos de construção civil.

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, deduzido de depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em despesa no resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme demonstrado na Nota 13.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a Companhia procedeu a revisão da vida útil dos ativos e essa revisão não produziu efeitos nas demonstrações financeiras. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável, quando for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em “Outras receitas (despesas), líquidas” na demonstração do resultado.

#### 2.13 Financiamentos

Os financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

#### 2.14 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e relacionados a impostos indiretos) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, e o valor for estimado com segurança. Não são reconhecidas provisões relacionadas às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos necessários para liquidar a obrigação.

#### 2.15 Benefícios a empregados

##### (a) Obrigações de aposentadoria

A Companhia mantém convênio de adesão com a ODEPREV - Odebrecht Previdência (“ODEPREV”), entidade fechada de previdência privada, instituída pela controladora ODB, constituindo-se em uma de suas patrocinadoras conveniadas.

A ODEPREV proporciona aos seus participantes, um plano de contribuição definida, onde é aberto um fundo individual de poupança para aposentadoria no qual são acumuladas e administradas as contribuições mensais e as esporádicas dos participantes, e as contribuições mensais e anuais das patrocinadoras.

No que se refere ao pagamento dos benefícios estabelecidos para o referido plano, as obrigações da ODEPREV estão limitadas ao valor total atualizado das quotas dos participantes. Nos termos do regulamento do plano de contribuição definida, não se poderá exigir nenhuma contribuição em pagamento por parte das companhias patrocinadoras para garantir níveis mínimos de benefício aos participantes que venham a se aposentar. As contribuições da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, foram de R\$ 18.441 (31 de dezembro de 2009 - R\$ 13.328 e 1º de janeiro de 2009 - R\$ 11.449).

A administração avaliou tratar-se de plano de contribuição definida para fins de aplicação do CPC 33 - Benefícios a empregados cujo risco de recebimento dos benefícios é de total responsabilidade dos participantes.

#### 2.16 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os tributos correntes e diferidos.

O encargo de imposto de renda e contribuição social correntes é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço dos países em que as controladas e coligadas da Companhia atuam e geram lucro tributável.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e os ajustes temporários decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados usando as alíquotas dos tributos, vigentes na data de publicação do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo tributo diferido ativo for realizado ou quando o tributo diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que o lucro tributável futuro esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

#### 2.17 Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas da Organização.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

##### (a) Receita de contratos de construção

A receita de contratos de construção é reconhecida levando-se em conta o estágio de execução de cada contrato (porcentagem de conclusão “POC”) na data-base das demonstrações financeiras. O método utilizado para determinar o estágio de execução considera a proporção entre os custos incorridos com os serviços até então executados e o total dos custos orçados de cada contrato. Caso determinados contratos não possam ter sua receita avaliada de maneira confiável em relação ao trabalho executado de acordo com esse método, a Companhia leva em consideração medições do trabalho executado com a finalidade de apurar a receita contábil.

A receita de construção superior as receitas apropriadas são registradas na rubrica “Adiantamentos de clientes”, no passivo circulante e não circulante, de acordo com o prazo de execução da obra. Caso a receita de construção seja inferior as receitas apropriadas são registradas na rubrica “Contas a receber de clientes”, no ativo circulante e não circulante, de acordo com o prazo de execução da obra.

##### (b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

#### 2.18 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado (Nota 18 (d)).

#### 2.19 Regime Tributário de Transição

O Regime Tributário de Transição (“RTT”) terá vigência até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos fiscais dos novos métodos contábeis, buscando a neutralidade tributária.

O regime era optativo nos anos-calendário de 2008 e de 2009, respeitando-se: (i) aplicar ao biênio 2008-2009, não a um único ano-calendário; e (ii) manifestar a opção na Declaração de Informações Econômico-Financeiras da Pessoa Jurídica (DIPJ). A Companhia optou pela adoção do RTT no biênio 2008-2009. Consequentemente, para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2009, a Companhia utilizou-se das prerrogativas definidas no RTT. Considerando que uma nova legislação que discipline os efeitos fiscais no contexto dos novos métodos contábeis ainda não foi promulgada, a Companhia continua se utilizando das prerrogativas do RTT no exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

De acordo com a Lei nº 11.941/09 artigo 15º, inciso IV, § 3º, observado o prazo estabelecido no § 1º deste artigo, o RTT será obrigatório a partir do ano-calendário de 2010, inclusive para a apuração do imposto sobre a renda com base no lucro presumido ou arbitrado, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”), da Contribuição para o Programa de Integração Social (“PIS”) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”).

#### 3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

#### 3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

##### (a) Reconhecimento de receita

A Companhia usa o método de porcentagem de conclusão (POC) para contabilizar seus contratos de construção.

O uso do método POC requer que a Companhia estime o estágio de execução de cada contrato até a data-base do balanço como uma proporção entre os custos incorridos com os serviços até então executados e o total dos custos orçados de cada contrato.

##### 4 Gestão de risco financeiro

###### 4.1 Fatores de risco financeiro

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes de variações de taxas de câmbio, taxas de juros, indexadores de preços e ao risco de crédito decorrente da possibilidade de inadimplimento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

A gestão de riscos segue políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. O objetivo da gestão de riscos é proteger o fluxo de caixa da Companhia e reduzir as ameaças ao financiamento do seu capital de giro operacional e de programas de investimento.

##### (a) Exposição a riscos cambiais

A Companhia atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, especialmente com relação ao dólar norte-americano.

O risco cambial decorre de operações comerciais futuras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior.

A Companhia possui volume significativo de operações no exterior, sendo parte dessas operações expressa em dólares norte-americanos, com alguma exposição às moedas locais, restrita a alguns países específicos.

Adicionalmente, certos financiamentos da Companhia captados no exterior são denominados em moeda estrangeira, assim como dívidas com fornecedores e outros saldos mantidos com partes relacionadas.

A Companhia administra sua exposição às taxas de câmbio através da composição entre fluxo de caixa em moedas estrangeiras, dívida em moedas estrangeiras, aplicações em moedas estrangeiras e derivativos. A política da Companhia para gestão de riscos cambiais prevê os limites máximos e mínimos de cobertura que devem ser obedecidos, os quais são observados continuamente pela administração.

##### (b) Exposição a riscos de taxas de juros

Considerando que a Companhia não tem ativos significativos em que incidam juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

A Companhia está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros flutuantes cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida em moeda estrangeira em taxas flutuantes está sujeita, principalmente, à flutuação da Libor. A dívida em moeda nacional está sujeita, principalmente, à variação da TJLP, das taxas prefixadas em reais e da variação do CDI diário.

A Companhia analisa sua exposição às taxas de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes, financiamento e hedges alternativos. Com base nesses cenários, a Companhia define uma mudança razoável nas taxas de juros e calcula o impacto sobre os resultados. Os cenários são elaborados somente para o passivo que representam as principais posições com juros.

##### (c) Exposição a riscos de indexadores de preços

Parte considerável dos contratos nos quais a Companhia encontra-se engajada são contratos a preço fixo. As margens reais de lucro desses contratos podem variar com relação às margens estimadas quando do orçamento de custos no momento da proposição do preço contratual, em decorrência de variações significativas não esperadas no custo dos equipamentos, materiais a serem aplicados ou mão de obra, relacionadas a efeitos inflacionários ou outros inesperados; dificuldades em obter financiamentos necessários para a execução do contrato ou em obter permissões ou aprovações governamentais; alterações de projeto resultando em custos inesperados; atrasos causados por condições climáticas adversas ou falhas de performance de subempreiteiros e/ou fornecedores contratados.

Com o objetivo de minimizar os riscos de indexadores de preços, os contratos a preço fixo realizados pela Companhia tem seus orçamentos revisados periodicamente, incluindo nos orçamentos revisados, as confirmações ou inconsistências verificadas em relação aos valores efetivamente realizados, sendo política da Companhia discutir a cobrança de pleitos em relação ao preço contratual, resultando em futuros aditivos contratuais verificando o valor do referido preço contratado, em decorrência das variações acentuadas, sendo registrados contabilmente quando da assinatura dos aditivos contratuais.

##### (d) Exposição a riscos de crédito

O risco de crédito decorre, principalmente, de caixa e equivalentes de caixa, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas.

## Construtora Norberto Odebrecht S.A.

CNPJ Nº 15.102.288/0001-82

RIO DE JANEIRO - RJ (SEDE)  
Praia de Botafogo, 300 - Sobreloja 2ª e 11ª andares  
22250-040 - Botafogo - Rio de Janeiro - RJ - Brasil  
Endereço Eletrônico: <http://www.odebrecht.com>  
Telefax: (0xx21) 2552-4448 - Tel.: (0xx21) 2559-3000

SÃO PAULO - SP  
Av. das Nações Unidas, 8.501  
Eldorado Business Tower - 28º andar - Alto de Pinheiros  
05425-070 - São Paulo - SP - Brasil  
Tel.: (0xx11) 3096-8000 - Fax.: (0xx11) 3096-8017

BRASÍLIA - DF  
SAS Qd. 5 B/LN  
Edif. OAB - 9º andar  
70438-900 - Brasília - DF - Brasil  
Telefax: (0xx61) 3316-2555 - Tel.: (0xx61) 3316-2525

SALVADOR - BA  
Av. Luís Viana, 2841  
(Paralela) - Ed. Odebrecht  
41730-900 - Salvador - BA - Brasil  
Tel.: (0xx71) 3206-1111 - Fax (0xx71) 3206-1112

RECIFE - PE  
Rua Antônio Lumack do Monte, nº 128  
Ed. Empresarial Center III - 16º andar - Sala 1603  
51020-350 - Boa Viagem - Recife - PE - Brasil  
Tel.: (0xx81) 3464-1200 - Telefax: (0xx81) 3327-1668

(continuação)

No que diz respeito às aplicações financeiras e aos demais investimentos, a Companhia tem como política trabalhar com instituições de primeira linha e não ter grande concentração de investimentos em um único grupo econômico, ponderando as concentrações de acordo com o rating e os preços observados diariamente no mercado de *Credit Default Swaps* referenciados às instituições. A política de vendas da Companhia, considera o nível de risco de crédito a que a administração de cada empresa está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios, respeitando as diretrizes gerais da Organização Odebrecht. A diversificação das carteiras de recebíveis, a seletividade dos clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência no contas a receber. Para mitigar esse risco de inadimplência, a Companhia tem como mecanismo de proteção a prestação do serviço de engenharia e construção mediante pagamentos periódicos antecipados pelos clientes, que no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 totalizaram R\$ 268.367 (31 de dezembro de 2009 - R\$ 239.669). Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia possuía contas a receber em atraso no montante de R\$ 504.764 (31 de dezembro de 2009 - R\$ 372.330 e 1º de janeiro de 2009 - R\$ 497.748) por serviços prestados para entidades públicas no Brasil, principalmente estaduais e municipais.

Historicamente, a Companhia tem recebido esses créditos mantidos junto às referidas entidades, incluindo aqueles atrasados há um ano ou mais e não vem apresentando perdas significativas sobre os acordos firmados. O recebimento desses valores em atraso pode ocorrer mediante liquidação financeira ou mediante o recebimento de títulos ou outros ativos públicos. Objetivando reduzir o volume de recebíveis em atraso, a Companhia tem adotado a política de descentralizar a negociação para recebimento no âmbito administrativo junto aos referidos clientes, delegando essa responsabilidade para os níveis administrativos responsáveis pelo acompanhamento de cada contrato, e caso nessas ações administrativas não seja obtido sucesso, a cobrança desses valores ocorrerá pela via judicial.

Além disso, a Companhia tem procurado maior seletividade de seus clientes, tendo aumentado a participação da receita advinda dos clientes privados ou para clientes do setor público que a Companhia entende possuir capacidade de geração independente de receita, e que não são dependentes de orçamentos públicos para liquidar suas obrigações (substancialmente empresas de economia mista), assim como participam em contratos em que os pagamentos serão financiados por agências de exportação, agências multilaterais, bancos comerciais, fundos de pensão e investidores privados.

### (e) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas constantemente pela área de tesouraria.

### (f) Derivativos

A Derivativa não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009.

### 4.2 Gestão de capital

A Companhia demonstra abaixo o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de financiamentos (incluindo financiamentos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2010	2009
Total dos financiamentos (Nota 14)	104.654	114.339
Menos: caixa e equivalente de caixa (Nota 6)	(1.901.353)	(1.473.341)
Dívida líquida	(1.796.699)	(1.359.002)
Total do patrimônio líquido	3.922.954	3.054.339
Total do capital	2.126.255	1.695.337
Índice de alavancagem financeira - %	(85)	(80)

### 5 Instrumentos financeiros por categoria

	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado		
	Empréstimos e recebíveis	justo por meio do resultado	Total
<b>31 de dezembro de 2010</b>			
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Contas a receber excluindo pagamentos antecipados (i)	1.834.796		1.834.796
Ativos financeiros mensurados a valor justo através do resultado		7.415	7.415
Caixa e equivalentes de caixa	1.901.353		1.901.353
	3.736.149	7.415	3.743.564
		<b>Outros passivos financeiros</b>	<b>Total</b>
<b>31 de dezembro de 2010</b>			
Passivo, conforme o balanço patrimonial			
Financiamentos		104.654	104.654
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais (ii)		611.300	611.300
		715.954	715.954

### 12 Investimentos

#### (a) Informações sobre as principais investidas

	Quantidade de ações ou cotas possuídas		Participação direta (%)			Patrimônio líquido (passivo a descoberto) ajustado (i)		Lucro líquido (prejuízo) ajustado do exercício		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
Belgrávia	48.375.923	48.375.923	100,00	100,00	100,00	143.877	399.063	583.872		
Brazilian Libyan Const. Develop. Co.	31.200	31.200	60,00	60,00	60,00	19.298	24.695	18.481	6.801	12.227
Concessionária IIRSA Norte S.A.	7.572.028	7.572.028	29,05	29,05	29,05	20.089	16.114	15.263	4.491	3.383
Concessionária Interocceânica Sur - Tramo 2 S.A.	4.948.464	4.948.464	25,00	25,00	25,00	78.382	40.451	17.585	39.687	27.921
Concessionária Interocceânica Sur - Tramo 3 S.A.	7.655.250	7.655.250	25,00	25,00	25,00	42.624	34.849	23.539	8.546	15.693
Concessionária Trásvase Olmos S.A.	13.396.937	13.396.937	36,32	36,32	35,00	33.324	38.265	38.334		
Construtora Norberto Odebrecht de Bolívia S.A.	150	150	93,75	93,75	93,75	37	37	51		
Construtora Norberto Odebrecht de Colômbia Ltda.	1.678.782	1.678.782	100,00	100,00	100,00	(3.594)	(232)	557	(3.623)	(766)
Construtora Odebrecht Chile S.A.	15.835.257.064	15.835.257.064	100,00	99,00	99,00	(1.814)	(695)	(238)	(1.071)	(472)
Construtora Odebrecht Uruguay S.A.	261	261	5,00	5,00	5,00	(920)	(675)	(674)	(305)	(33)
Construtora Norberto Odebrecht S.A. - Suc. Angola			100,00	100,00	100,00	5.477	98.049	33.246	97.558	81.211
Construtora Norberto Odebrecht S.A. - Suc. Argélia			100,00	100,00	100,00		54	73		
Construtora Norberto Odebrecht S.A. - Suc. Argentina			100,00	100,00	100,00		9.078	14.567	54.249	133.165
Construtora Norberto Odebrecht S.A. - Suc. Bolívia			100,00	100,00	100,00		6.759	7.531	12.147	(634)
Construtora Norberto Odebrecht S.A. - Suc. Emirados Árabes			100,00	100,00	100,00		8.963	(46.214)	139.476	(24.059)
Construtora Norberto Odebrecht S.A. - Suc. Equador (ii)			100,00	100,00	100,00		(45.971)	25.051	62.402	(71.628)
Construtora Norberto Odebrecht S.A. - Suc. México			100,00	100,00	100,00		39.138	6.234	(26.227)	35.470
Construtora Norberto Odebrecht S.A. - Suc. Panamá			100,00	100,00	100,00		31.771	(29.716)	23	64.158
Construtora Norberto Odebrecht S.A. - Suc. Peru			100,00	100,00	100,00		15.914	(6.775)	2.902	23.671
Construtora Norberto Odebrecht S.A. - Suc. Rep. Dominicana			100,00	100,00	100,00		20.902	39.362	8.638	26
Construtora Norberto Odebrecht S.A. - Suc. Uruguai			100,00	100,00	100,00		(24)	(24)	(36)	5
Construtora Norberto Odebrecht S.A. - Suc. Venezuela			100,00	100,00	100,00		166.729	114.768	37.960	145.846
Construtora Norberto Odebrecht S.A. - Suc. Costa Rica			100,00	100,00	100,00		406	386		
Construtora Norberto Odebrecht S.A. - Suc. Moçambique			100,00	100,00	100,00		(5.280)	(411)	(2)	(4.379)
Odebrecht Equipamentos Ltda. (iii)		1.000	100,00	100,00	100,00		1.465	116		1.349
OPIP (iv)	300.000.000	300.000.000	100,00	100,00	100,00	228.570	228.570		(3.681)	(3.681)
CODEPA	2.001.000	1.000	100,00	100,00	100,00	20.948	3.586		18.218	3.585

(i) Em 31 de dezembro de 2010, foi constituída provisão para perdas em investimentos no montante de R\$ 18.315 (31 de dezembro de 2009 - R\$ 99.434 e 1º de janeiro de 2009 - R\$ 34.711), relativa ao passivo a descoberto de investidas para as quais a Companhia possui a intenção de manter o suporte financeiro. O valor dessa provisão está composto, substancialmente, pelas investidas relacionadas acima que possuem passivo a descoberto nas referidas data-base.

(ii) Em 31 de dezembro de 2010, o passivo a descoberto no montante de R\$ 45.971 foi compensado com créditos detidos pela Companhia com a referida sucursal, os quais serão capitalizados em 2011.

(iii) Em 31 de agosto de 2010, o investimento detido na Odebrecht Equipamentos Ltda., foi incorporado por a Odebrecht Serviços e Participações S.A. conforme mencionado na Nota 1 (ii).

(iv) Investimento adquirido em 31 de dezembro de 2009, conforme mencionado na Nota 1 (ii).

#### (b) Movimentação dos investimentos

	Saldo no início do exercício	Adições/transferências	Baixas/transferências	Dividendos recebidos/a receber	Varição no percentual de participação de investidas	Varição cambial de investidas no exterior (Nota 18 (c))	Resultado de equivalência patrimonial (i)	Outros resultados de equivalência patrimonial	Saldo no final do exercício
Belgrávia	132.906	49.455	(991)	(639.170)	239.852	(58.193)	279.562		3.421
Brazilian Libyan Const. Develop. Co.	14.817			(6.086)		(1.232)	4.080		11.579
Concessionária IIRSA Norte S.A.	4.681					(150)	1.305		5.836
Concessionária Interocceânica Sur - Tramo 2 S.A.	10.113					(439)	9.922		19.596
Concessionária Interocceânica Sur - Tramo 3 S.A.	8.711					(191)	2.136		10.656
Concessionária Trásvase Olmos S.A.	13.898					(1.795)			12.103
Construtora Norberto Odebrecht de Bolívia S.A.	35					(1)			34
Construtora Norberto Odebrecht S.A. - Suc. Angola	98.049			(183.533)		(6.597)	97.558		5.477
Construtora Norberto Odebrecht S.A. - Suc. Argélia	54		(54)						
Construtora Norberto Odebrecht S.A. - Suc. Argentina	9.843			(48.231)		(6.783)	54.249		9.078
Construtora Norberto Odebrecht S.A. - Suc. Bolívia	7.531					(138)	(634)		6.759
Construtora Norberto Odebrecht S.A. - Suc. Emirados Árabes		7.670				2.660	(1.367)		8.963
Construtora Norberto Odebrecht S.A. - Suc. México	6.234					(2.566)	35.470		39.138
Construtora Norberto Odebrecht S.A. - Suc. Panamá		810				(2.670)	33.631		31.771
Construtora Norberto Odebrecht S.A. - Suc. Peru		307				(981)	16.588		15.914
Construtora Norberto Odebrecht S.A. - Suc. Rep. Dominicana	39.362			(16.662)		(1.824)	26		20.902
Construtora Norberto Odebrecht S.A. - Suc. Venezuela	88.110	8.000		(51.196)		(105.354)	227.169		166.729
Construtora Norberto Odebrecht S.A. - Suc. Costa Rica	386					20			406
Codepa	3.586	2.000	(1.646)	(896)		(314)	18.218		20.948
Odebrecht Equipamentos Ltda.	1.465		(1.896)				431		
OPIP (ii)	228.570		(220.753)				660		8.477
ETH INV		217.698	(227.164)					9.466	
Outros investimentos	4.560	9.376	(1.043)	(1.774)		(33)	7.143		18.229
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>672.911</b>	<b>295.316</b>	<b>(453.547)</b>	<b>(947.548)</b>	<b>239.852</b>	<b>(186.581)</b>	<b>786.147</b>	<b>9.466</b>	<b>416.016</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2009</b>	<b>519.243</b>	<b>241.085</b>	<b>(77.219)</b>	<b>(713.885)</b>		<b>(191.597)</b>	<b>723.539</b>	<b>17.307</b>	<b>672.911</b>
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2009</b>	<b>184.229</b>	<b>42.728</b>	<b>(127.918)</b>	<b>(687.166)</b>	<b>14.169</b>	<b>327.351</b>	<b>730.255</b>	<b>35.595</b>	<b>519.243</b>

(i) O valor de equivalência patrimonial no resultado inclui a equivalência patrimonial de outros investimentos de longo prazo em 31/12/2010 no montante de R\$ 18.993 (31 de dezembro de 2009 (R\$ 23.734)).

(ii) O montante de R\$ 220.753 refere-se substancialmente a redução de capital da OPIP (Nota 1 (ii)).

(continua)

	Empréstimos e recebíveis	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Total
<b>31 de dezembro de 2009</b>			
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Contas a receber excluindo pagamentos antecipados (i)	1.157.490		1.157.490
Ativos financeiros mensurados a valor justo através do resultado		4.003	4.003
Caixa e equivalentes de caixa	1.473.341		1.473.341
	2.630.831	4.003	2.634.834
		<b>Outros passivos financeiros</b>	<b>Total</b>
<b>31 de dezembro de 2009</b>			
Passivo, conforme o balanço patrimonial			
Financiamentos		114.339	114.339
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais (ii)		628.581	628.581
		742.920	742.920
		<b>Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado</b>	<b>Total</b>
<b>1º de janeiro de 2009</b>			
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Contas a receber excluindo pagamentos antecipados (i)	1.326.140		1.326.140
Ativos financeiros mensurados a valor justo através do resultado		4.003	4.003
Caixa e equivalentes de caixa	929.438		929.438
	2.255.578	4.003	2.259.581
		<b>Outros passivos financeiros</b>	<b>Total</b>
<b>1º de janeiro de 2009</b>			
Passivo, conforme o balanço patrimonial			
Financiamentos		116.288	116.288
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais (ii)		565.405	565.405
		681.693	681.693

	Empréstimos e recebíveis	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Total
<b>1º de janeiro de 2009</b>			
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Contas a receber excluindo pagamentos antecipados (i)	1.326.140		1.326.140
Ativos financeiros mensurados a valor justo através do resultado		4.003	4.003
Caixa e equivalentes de caixa	929.438		929.438
	2.255.578	4.003	2.259.581

## Construtora Norberto Odebrecht S.A.

CNPJ Nº 15.102.288/0001-82

**RIO DE JANEIRO - RJ (SEDE)**  
Praia de Botafogo, 300 - Sobreloja 2ª e 11ª andares  
22250-040 - Botafogo - Rio de Janeiro - RJ - Brasil  
Endereço Eletrônico: <http://www.odebrecht.com>  
Telefaxes: (0xx21) 2552-4448 - Tel.: (0xx21) 2559-3000

**SÃO PAULO - SP**  
Av. das Nações Unidas, 8.501  
Eldorado Business Tower - 28º andar - Alto de Pinheiros  
05425-070 - São Paulo - SP - Brasil  
Tel.: (0xx11) 3096-8000 - Fax.: (0xx11) 3096-8017

**BRASÍLIA - DF**  
SAS Qd. 5 B.LN  
Edif. OAB - 9º andar  
70438-900 - Brasília - DF - Brasil  
Telefaxes: (0xx61) 3316-2555 - Tel.: (0xx61) 3316-2525

**SALVADOR - BA**  
Av. Luís Viana, 2841  
(Paralela) - Ed. Odebrecht  
41730-900 - Salvador - BA - Brasil  
Tel.: (0xx71) 3206-1111 - Fax (0xx71) 3206-1112

**RECIFE - PE**  
Rua Antônio Lumack do Monte, nº 128  
Ed. Empresarial Center III - 16º andar - Sala 1603  
51020-350 - Boa Viagem - Recife - PE - Brasil  
Tel.: (0xx81) 3464-1200 - Telefaxes: (0xx81) 3327-1668

(continuação)

	31 de dezembro de 2010			31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	%
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	Líquido	
Terrenos	1.589		1.589	1.589	1.589	
Edificações e instalações	48.967	(6.983)	41.984	13.590	12.975	4
Máquinas e equipamentos	313.796	(128.000)	185.796	118.748	118.001	De 1 a 17
Veículos e embarcações	108.076	(83.465)	24.611	49.034	79.422	25
Móveis e utensílios	31.288	(8.430)	22.858	22.456	34.112	10
Outros	58.574	(27.596)	30.978	59.318	31.724	De 1 até 10
	<u>562.290</u>	<u>(254.474)</u>	<u>307.816</u>	<u>264.735</u>	<u>277.823</u>	

### Movimentação do Imobilizado

	2010	2009
Saldo no início do exercício	264.735	277.823
(+) Aquisições	108.255	157.857
(-) Alienações	(26.108)	(91.204)
(-) Incorporação de ativos por alterações societárias	74.499	
(-) Depreciações	(113.565)	(79.741)
Saldo no final do exercício	<u>307.816</u>	<u>264.735</u>

### 14 Financiamentos

Os saldos dos financiamentos no passivo circulante e não circulante, nos montantes de R\$ 63.397 (31 de dezembro de 2009 - R\$ 53.199 e 1º de janeiro de 2009 - R\$ 54.410) e R\$ 41.257 (31 de dezembro de 2009 - R\$ 61.140 e 1º de janeiro de 2009 - R\$ 61.878), respectivamente, compreendem, substancialmente, operações de captação de recursos em moeda nacional das linhas de crédito FINAME - Financiamento de Máquinas e Equipamentos, garantidas por alienação fiduciária dos bens financiados, sobre as quais incidem a variação da TJLP, acrescida de "spread" de 0,86% a 5,30% a.a. ou juros prefixados que variam de 9,45% a 11,50% a.a., bem como operações de financiamento do Programa Especial de Crédito (PEC), garantidas por aval da empresa CBPO Engenharia Ltda., sobre as quais incidem a variação da TJLP, acrescida de "spread" de 5,30% a.a.

A Companhia é garantidora de operações para captações internacionais via emissão de "Bonds" realizadas pela controlada indireta OOL e pela Odebrecht Finance Ltd. ("OFL"), controlada indireta da ODB, participantes da Organização.

O montante a longo prazo tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
2010			46.240
2011		41.686	14.020
2012	38.293	19.454	1.618
2013	2.964		
	<u>41.257</u>	<u>61.140</u>	<u>61.878</u>

O valor justo dos financiamentos não circulantes é igual ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo. Os valores justos baseiam-se no fluxo de caixa descontados. Os valores contábeis dos financiamentos classificados no circulante aproximam-se também de seu

	2010	2009
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		
(+) Adições permanentes		
(+) Adições temporárias - (A)		
(-) Exclusões permanentes		
(-) Exclusões temporárias - (B)		
Lucro real/base de cálculo	318.063	304.640
Imposto de renda corrente (à alíquota de 15%)	47.709	1.678
Adicional do imposto de renda corrente (à alíquota de 10%)	31.806	1.095
Contribuição social devida (à alíquota de 9%)		27.418
Imposto de renda/contribuição social SCP	282	221
Incentivos fiscais	(3.329)	
Imposto de renda/contribuição social corrente	76.468	27.639
Imposto de renda/contribuição social corrente - ajuste períodos anteriores		25.978
Imposto de renda/contribuição social corrente	76.468	53.617
Imposto de renda diferido (à alíquota de 15%) sobre (A) + (B)	44.035	98.439
Adicional de Imposto de renda diferido (à alíquota de 10%) sobre (A) + (B)	29.357	58.833
Contribuição social diferida (à alíquota de 9%) sobre (A) + (B)		26.421
Imposto de renda/contribuição social diferidos s/prejuízo fiscal/base negativa		121.839
Imposto de renda/contribuição social diferidos	73.392	279.111
	<u>73.392</u>	<u>279.111</u>

### (a) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

### (b) Reconhecimento do Imposto de renda e Contribuição social diferidos

Os saldos ativos são compostos por imposto de renda e contribuição social sobre adições temporárias. Os saldos passivos são compostos por imposto de renda e contribuição social sobre lucros auferidos com entidades governamentais e pelos efeitos do diferimento da variação cambial. Em 31 de dezembro de 2010, os saldos de imposto de renda e contribuição social correntes foram compensados com créditos de retenção na fonte. A composição do imposto de renda e contribuição social diferidos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 e em 1º de janeiro de 2009 está demonstrada como segue:

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Ativo não circulante		48.897	24.574
Passivo não circulante	(217.850)	(265.818)	(56.713)

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Ativo não circulante		17.603	6.742
Passivo não circulante	(75.257)	(68.196)	(11.521)

### (c) Recuperabilidade dos ativos de imposto de renda e contribuição social constituídos

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia apresenta posição passiva de imposto de renda e contribuição social diferidos, constituídos basicamente, sobre o lucro e variação cambial diferidos no Brasil. Os saldos ativos são compostos em sua maioria por diferenças temporárias, fundamentados na própria realização dessas diferenças, com base no orçamento de resultados futuros.

Tal orçamento contempla como premissas básicas o constante acréscimo incorrido no seu "backlog" (carteira de receitas já contratadas possuída pela Companhia) nos últimos anos; os lucros a serem auferidos na alienação de ativos não integrantes da atividade de engenharia e construção; e a previsão de aumento dos investimentos na área de energia e infraestrutura no país; e, a disponibilização, para fins de tributação, dos resultados auferidos por subsidiárias localizadas no exterior na data do balanço no qual tenham sido apurados.

Adicionalmente, a Companhia apresenta histórico de utilização e redução acumulada do seu saldo dos ativos diferidos de imposto de renda e contribuição social nos últimos três anos.

### (d) Incentivo fiscal - Imposto de renda pessoa jurídica

A Companhia, através do Laudo constitutivo nº 0219/2006, de 9 de outubro de 2006, da Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE, do Ministério da Integração Nacional, adquiriu, até o ano-base de 2016 (ano-calendário de 2015), o direito ao benefício de redução de 75% no imposto de renda devido sobre o lucro proveniente de filial constituída para a fabricação e montagem e plataformas marítimas para exploração de petróleo contratadas pela Petrobras e PNBV. A planta de fabricação e montagem está instalada na Vila de São Roque de Paraguaçu, na cidade de Maragogipe, Estado da Bahia.

### 17 Incentivos de longo prazo

O plano de benefícios denominado "Incentivos de longo prazo", não é baseado em ações da Companhia, através do qual colaboradores designados anualmente pela administração, podem adquirir títulos emitidos pela Companhia denominados "Unidade de Investimento" ("U.I."), com objetivo de fortalecer a convergência de interesses na criação de valor a longo prazo entre os colaboradores e os acionistas da Companhia, promover o senso de propriedade e motivar a visão e o comprometimento dos colaboradores com resultados de longo prazo.

A U.I. não atribui ao seu titular a condição de acionista da Companhia, nem qualquer direito ou privilégio inerente a tal condição, em especial o direito de voto e outros direitos políticos.

A U.I. é emitida anualmente, sendo o seu valor atualizado a cada ano de acordo com o valor econômico das ações da Companhia, sendo a contrapartida do passivo registrado como despesa no resultado do exercício.

- Existem três tipos de U.I.:
  - Adquirida pelo participante, denominada "Alfa";
  - Recebida pelo participante a título de contrapartida da Companhia, denominada "Beta"; e
  - Recebida pelo participante a título de dividendos, denominada "Gama".
- A U.I. é emitida em caráter personalíssimo e somente poderá ser alienada para a Companhia, por meio de resgate, com as seguintes condições:
- a partir de 30 de agosto de 2011, o adquirente pode resgatar até 20% do seu saldo acumulado de unidades de investimento; e
  - a partir do resgate inicial, o resgate está limitado a 10% do saldo acumulado.

valor justo. Os valores contábeis dos financiamentos da Companhia são mantidos nas seguintes moedas:

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Moeda Local (Reais)	96.174	111.848	112.965
Moeda Estrangeira	8.480	2.491	3.323
	<u>104.654</u>	<u>114.339</u>	<u>116.288</u>

### (i) Cláusulas restritivas

Alguns contratos de financiamento e emissões de títulos da Companhia e de outras empresas da Organização em que a Companhia é garantidora, possuem cláusulas restritivas, que vêm sendo cumpridas.

### 15 Contingências

A Companhia possui provisionado em 31 de dezembro de 2010 no passivo circulante o montante de R\$ 115.035 (31 de dezembro de 2009 - R\$ 73.437 e 1º de janeiro de 2009 - R\$ 30.826 - passivo não circulante - 31 de dezembro de 2009 - R\$ 6.386 e 1º de janeiro de 2009 - R\$ 448) para fazer face aos gastos relacionados a reclamações trabalhistas, tributárias e cíveis que, na avaliação dos administradores e de seus assessores jurídicos externos, são de perda considerada provável.

Adicionalmente, a Companhia vem discutindo reclamações trabalhistas e tributárias no montante de R\$ 159.759 (31 de dezembro de 2009 - R\$ 406.348 e 1º de janeiro de 2009 - R\$ 146.869), para as quais não foi constituída provisão para perdas em face das avaliações dos administradores e de seus assessores jurídicos externos considerarem o êxito possível.

Em novembro de 2009, a Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal, instituído pela Lei nº 11.941/09 e pela Medida Provisória nº 449/2008, visando equalizar e regularizar os passivos fiscais por meio de um sistema especial de pagamento e de parcelamento de suas obrigações fiscais e previdenciárias. O saldo registrado correspondente a essa ação, de R\$ 125.945, foi parcelado em 65 meses para o saldo do PAEX e 180 meses para os demais débitos. Desse saldo, em 31 de dezembro de 2010, R\$ 11.552 estão classificados no passivo circulante e R\$ 114.393 (31 de dezembro de 2009 - R\$ 109.741 e 1º de janeiro de 2009 - R\$ 91.025) encontra-se classificado no passivo não circulante.

### 16 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

O cálculo desses tributos no Brasil para os exercícios findos em 31 de dezembro é demonstrado como segue:

	2010		2009	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
	1.420.694	1.420.694	1.222.075	1.222.075
	30.742	17.319	193.689	180.842
	381.372	381.372	411.677	411.677
	(839.806)	(839.806)	(900.228)	(1.993.039)
	(674.939)	(674.939)	(1.000.010)	(1.000.010)
	318.063	304.640	(72.797)	(1.178.455)
	47.709		1.678	
	31.806		1.095	
		27.418		
	282	221		
	(3.329)		(67)	
	76.468	27.639	2.706	
		25.978		
	76.468	53.617	2.706	
	44.035		98.439	
	29.357		58.833	
		26.421		56.618
			121.839	(2.536)
	73.392	26.421	279.111	54.082

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia transferiu parte da dívida para a ODB, no montante de R\$ 121.170, correspondente a R\$ 65.488 de unidades de investimento Alfa e R\$ 55.682 de unidades de investimento Beta. A transação foi realizada via conta-corrente entre as empresas. A quantidade de U.I.s no encerramento do exercício é de 3.000.576 (31 de dezembro de 2009 - 2.957.660), com saldo passivo correspondente a R\$ 4.344 (31 de dezembro de 2009 - R\$ 78.378).

### 18 Patrimônio líquido

(a) **Capital social**  
O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 1.113.126 (31 de dezembro de 2009 - R\$ 1.378.375 e 1º de janeiro de 2009 - R\$ 1.378.375), descrito e integralizado totalmente por pessoas físicas e jurídicas nacionais, representado por 163.298.207 (31 de dezembro de 2009 - 163.298.207 e 1º de janeiro de 2009 - 163.298.207) ações ordinárias e 118.800.974 (31 de dezembro de 2009 - 118.800.974 e 1º de janeiro de 2009 - 118.800.974) ações preferenciais, sem valor nominal.

Em 31 de março de 2010, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a redução do capital social da Companhia em R\$ 204.257, sem o cancelamento de ações. Como resultado dessa redução, o investimento da Companhia na ETHINV foi transferido para a ODB (Nota 1 (ii)). Em 22 de junho de 2010, o capital social da Companhia foi reduzido em R\$ 60.992, sem o cancelamento de ações, transferindo o investimento que a Companhia recebeu da Belgrávia na Rota das Bandeiras para a ODB (Nota 1 (ii)).

### (b) Apropriações do lucro

De acordo com o estatuto social, as importâncias apropriadas às reservas de lucros são determinadas como descrito abaixo, sendo que o saldo remanescente após essas apropriações e a distribuição de dividendos, terá a aplicação que decidir a Assembleia Geral dos Acionistas.

(i) Reserva legal  
É constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até alcançar 20% do capital social ou até que o saldo dessa reserva, acrescido do montante da reserva de capital, exceda a 30% do capital social.

(ii) Reserva para realização de investimentos (estatutária)  
É constituída mediante apropriação de até 70% do lucro líquido, até que, juntamente com a reserva legal, alcance 100% do capital social.

Em decorrência das reduções de capital descritas acima, o valor de R\$ 181.733 foi transferido para a reserva para futuro aumento de capital em função da reserva para realização de investimentos juntamente com a reserva legal terem ultrapassado o montante do capital social.

(iii) Reserva de lucros - Subvenção para investimentos  
Em atendimento à Lei nº 11.638/07 e ao CPC 07 - Subvenção e assistência governamentais, os valores correspondentes ao incentivo fiscal apurado conforme Nota 16 (d) foram contabilizados no resultado do exercício e posteriormente destinados para a reserva de subvenção para investimentos.

Essa reserva apenas pode ser utilizada para aumento do capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis conforme previsto no artigo 545 do Regulamento de Imposto de Renda. Em decorrência das mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e MP nº 449/08, o saldo da reserva de subvenção para investimentos foi reclassificada da reserva de capital para a reserva de lucros.

(iv) Reserva para futuro aumento de capital  
A administração da Companhia aprovou a constituição dessa reserva no montante de R\$ 1.751.054, excedente da destinação do resultado do exercício de 2010 e de 2009, após a distribuição dos dividendos e das constituições das reservas legal e de investimentos em função do artigo 199 da Lei nº 11.638/07, que determina que o saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social. A proposta dessa reserva é de aumentar o capital social para se compatibilizar com o volume de negócio e investimentos previstos para a Companhia nos próximos anos.

(c) **Ajuste de avaliação patrimonial**  
Esta conta foi criada pela Lei nº 11.638/07 com o objetivo de registrar os valores pertencentes ao patrimônio líquido que não transitam pelo resultado do exercício. O impacto desses valores no resultado ocorrerá quando da sua efetiva realização. A seguir demonstramos a movimentação nesta conta para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009.

	2010	2009
Saldo inicial do exercício	127.026	353.370
Variação cambial de investidas no exterior	(178.827)	(197.176)
Variação no valor de mercado de instrumentos financeiros de investida	(7.754)	5.579
Efeito dos ajustes de avaliação patrimonial nos investimentos (Nota 12 (b))	(186.581)	(191.597)
Variação cambial de investimentos de longo prazo	(10.203)	(34.747)
Saldo final do exercício	<u>(69.758)</u>	<u>127.026</u>

### (d) Direito das ações

As ações preferenciais, sem direito a voto, têm prioridade no reembolso do capital em caso de liquidação e, com base na Lei nº 10.303/01, as ações preferenciais e ordinárias têm o mesmo direito quanto ao recebimento de dividendos. Aos titulares de ações de qualquer espécie será atribuído, em cada exercício, um dividendo não inferior a 25%, tendo como base o lucro líquido do exercício ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Em 31 de dezembro de 2009, foram distribuídos aos seus acionistas juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 58.250, cujo respectivo montante líquido do imposto na fonte foi imputado ao dividendo mínimo obrigatório do

exercício de 2009, conforme previsão legal contida no §7º do art. 9º da Lei nº 9.249/95.

Para fins de divulgação, a despesa com juros sobre o capital próprio foi revertida na própria demonstração do resultado, no grupo "Resultado financeiro, líquido", e demonstrada, também, na mutação do patrimônio líquido.

A administração da Companhia propôs dividendos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 no montante de R\$ 100.000 (31 de dezembro de 2009 - R\$ 110.000), compensado através de conta-corrente entre as partes, conforme anuência formal dos acionistas. Essa distribuição será submetida à aprovação pela Assembleia Geral Ordinária.

A administração da Companhia deliberou distribuição de dividendos em montante inferior ao mínimo obrigatório, relativamente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, em consonância com a manifestação expressa da totalidade dos acionistas, demonstradas em correspondências formais encaminhadas à administração, a qual será ratificada quando da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada até 30 de abril de 2011. O montante da parcela do dividendo mínimo obrigatório não distribuído, bem como a parcela remanescente de lucros acumulados, foi destinado à reserva para futuro aumento de capital.

### (e) Lucros acumulados

	Em 1º de janeiro de 2009	2009
Lucro do exercício		886.176
Dividendos e juros sobre capital próprio		(168.250)
Transferência para reserva legal		(49.201)
Transferência para reserva de investimento		(393.725)
Transferência para reserva de futuro aumento de capital		(275.000)

	Em 31 de dezembro de 2009	2009
Lucro do exercício		1.190.796
Dividendos		(100.000)
Transferência para reserva legal		(36.327)
Transferência para reserva de futuro aumento de capital		(1.294.321)
Varição no percentual de participação de investidas		239.852

### 19 Receita líquida de serviços e vendas

A reconciliação das receitas de serviços prestadas para a receita líquida é como segue:

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2010	2009

<b>Operações continuadas</b>		
Receitas mercado interno	5.801.077	4.211.242
Receitas mercado externo	310.667	1.081.103
	6.111.744	5.292.345
	(363.615)	(301.385)

<b>Receita líquida de serviços e vendas</b>	5.748.129	4.990.960
---	-----------	-----------

## Construtora Norberto Odebrecht S.A.

CNPJ Nº 15.102.288/0001-82

**RIO DE JANEIRO - RJ (SEDE)**  
Praça de Botafogo, 300 - Sobreloja 2ª e 11ª andares  
22250-040 - Botafogo - Rio de Janeiro - RJ - Brasil  
Endereço Eletrônico: <http://www.odebrecht.com>  
Telefax: (0xx21) 2552-4448 - Tel.: (0xx21) 2559-3000

**SÃO PAULO - SP**  
Av. das Nações Unidas, 8.501  
Eldorado Business Tower - 28º andar - Alto de Pinheiros  
05425-070 - São Paulo - SP - Brasil  
Tel.: (0xx11) 3096-8000 - Fax.: (0xx11) 3096-8017

**BRASÍLIA - DF**  
SAS Qd. 5 Bl. N  
Edif. OAB - 9º andar  
70438-900 - Brasília - DF - Brasil  
Telefax: (0xx61) 3316-2555 - Tel.: (0xx61) 3316-2525

**SALVADOR - BA**  
Av. Luís Viana, 2841  
(Paralela) - Ed. Odebrecht  
41730-900 - Salvador - BA - Brasil  
Tel.: (0xx71) 3206-1111 - Fax (0xx71) 3206-1112

**RECIFE - PE**  
Rua Antônio Lumack do Monte, nº 128  
Ed. Empresarial Center III - 16º andar - Sala 1603  
51020-350 - Boa Viagem - Recife - PE - Brasil  
Tel.: (0xx81) 3464-1200 - Telefax: (0xx81) 3327-1668

(continuação)

### 22.2.1 Conciliação do patrimônio líquido em 1º de janeiro de 2009

	De acordo com BR GAAP antigo	Baixa de ativo diferido (Nota 22.2 (a))	Efeito reflexo de ajuste de práticas contábeis de investida (Nota 22.2 (b))	De acordo com CPCs		De acordo com BR GAAP antigo	Baixa de ativo diferido (Nota 22.2 (a))	Efeito reflexo de ajuste de práticas contábeis de investida (Nota 22 (b))	De acordo com CPCs
<b>Ativo</b>					<b>Não circulante</b>				
<b>Circulante</b>					Realizável a longo prazo				
Caixa e equivalentes de caixa	929.438			929.438	Aplicações financeiras	4.003			4.003
Contas a receber de clientes	547.885			547.885	Sociedades da Organização Odebrecht	1.481.888			1.481.888
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	4.558		(4.558)		Contas a receber de clientes	401.929			401.929
Adiantamentos a fornecedores, subempreiteiros e outros	26.127			26.127	Imposto de renda e contribuição social diferidos	63.166	3.334		66.500
Tributos a recuperar	85.638			85.638	Tributos a recuperar	6.741			6.741
Estoques	254.301			254.301	Créditos Eletrobras	221.312			221.312
Contas-correntes com consorciadas	41.743			41.743	Despesas antecipadas	69.058			69.058
Despesas antecipadas	18.785			18.785	Demais contas a receber	78.058			78.058
Demais contas a receber	127.079			127.079		2.326.155	3.334		2.329.489
	2.035.554		(4.558)	2.030.996	<b>Investimentos</b>				
<b>Não circulante</b>					Sociedades coligadas	566.663	127.081	(26.658)	5.825
Realizável a longo prazo					Outros	3.290			3.290
Aplicações financeiras	4.003			4.003	Imobilizado	264.735			264.735
Sociedades da Organização Odebrecht	216.407			216.407	Intangível	49.410			49.410
Contas a receber de clientes	570.102			570.102	Diferido	9.805		(9.805)	
Imposto de renda e contribuição social diferidos						3.220.058	127.081	(33.129)	5.825
Tributos a recuperar	105.257			105.257	<b>Total do ativo</b>	5.835.324	127.081	(33.129)	5.825
Créditos Eletrobras	207.149			207.149					
Despesas antecipadas	4.902			4.902	<b>Efeitos dos ajustes realizados no patrimônio líquido inicial de 1/1/2009</b>				
Demais contas a receber	81.074			81.074	De acordo com BR GAAP antigo				
	1.198.461	17.191	4.558	1.220.210	Baixa de ativo diferido (Nota 22.2 (a))				
<b>Investimentos</b>					Efeito reflexo de ajuste de práticas contábeis de investida (Nota 22 (b))				
Sociedades coligadas	433.306	(41.144)	127.081	519.243	De acordo com CPCs				
Outros	5.145			5.145					
Imobilizado	277.823			277.823	<b>Passivo e patrimônio líquido</b>				
Intangível	11.258			11.258	<b>Circulante</b>				
Diferido	50.562	(50.562)			Financiamentos	53.199			53.199
	1.976.555	(74.515)	131.639	2.033.679	Fornecedores e subempreiteiros	426.074			426.074
<b>Total do ativo</b>	4.012.109	(74.515)	127.081	4.064.675	Impostos, taxas, salários e contribuições sociais	246.742			246.742
					Participação dos administradores	12.500			12.500
					Provisão para contingências	73.437			73.437
					Adiantamentos recebidos de clientes	240.700			240.700
					Contas-correntes com consorciadas	31.586			31.586
					Demais contas a pagar	165.374			165.374
						1.249.612			1.249.612
					<b>Não circulante</b>				
					Sociedades da Organização Odebrecht	516			516
					Financiamentos	61.140			61.140
					Adiantamentos recebidos de clientes	904.408			904.408
					Imposto de renda e contribuição social diferidos	334.014			334.014
					Fornecedores e subempreiteiros	37.133			37.133
					Provisão para contingências	6.386			6.386
					Parcelamento de tributos	109.741			109.741
					Provisão para perdas em investimentos	99.434			99.434
					Incentivos de longo prazo	78.378			78.378
					Demais contas a pagar				
						1.631.150			1.631.150
					<b>Patrimônio líquido</b>				
					Capital social	1.378.375			1.378.375
					Reservas de lucros	1.665.981	55.313	(33.129)	(139.227)
					Ajuste de avaliação patrimonial	(89.794)	71.768		145.052
						2.954.562	127.081	(33.129)	5.825
					<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	5.835.324	127.081	(33.129)	5.825
									5.935.101

### 22.2.2 Conciliação do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2009

	De acordo com BR GAAP antigo	Efeitos dos ajustes realizados no patrimônio líquido inicial de 1/1/2009	Baixa de ativo diferido (Nota 22.2 (a))	Efeito reflexo de ajuste de práticas contábeis de investida (Nota 22.2 (b))	De acordo com CPCs		De acordo com BR GAAP antigo	Baixa de ativo diferido (Nota 22.2 (a))	Efeito reflexo de ajuste de práticas contábeis de investida (Nota 22.2 (b))	De acordo com CPCs
<b>Ativo</b>						<b>Receita líquida de serviços</b>				
<b>Circulante</b>						Custo dos serviços prestados	4.990.960			4.990.960
Caixa e equivalentes de caixa	1.473.341			1.473.341	Custo das mercadorias vendidas	(3.395.258)				(3.395.258)
Contas a receber de clientes	536.206			536.206		(902.357)				(902.357)
Adiantamentos a fornecedores, subempreiteiros e outros	38.311			38.311	<b>Lucro bruto</b>	693.345				693.345
Tributos a recuperar	98.375			98.375	<b>Despesas operacionais</b>					
Estoques	237.452			237.452	Gerais e administrativas	(566.527)	40.757			(525.770)
Contas-correntes com consorciadas	53.081			53.081	Honorários dos administradores	(12.320)				(12.320)
Despesas antecipadas	37.203			37.203	Participação dos administradores	(12.500)				(12.500)
Demais contas a receber	141.297			141.297	<b>Lucro operacional</b>	101.998	40.757			142.755
	2.615.266			2.615.266	<b>Resultado das participações societárias</b>					
					Equivalência patrimonial	824.546	14.486	(139.227)		699.805
					Provisão para perdas em investimentos	(65.889)				(65.889)
					Outros resultados de equivalência patrimonial	17.307				17.307
					<b>Resultado financeiro</b>					
					Resultado financeiro, líquido	428.722				428.722
					<b>Outras receitas (despesas)</b>					
					Outras receitas (despesas), líquidas	(625)				(625)
					<b>Lucro antes da contribuição social e do imposto de renda</b>					
					Contribuição social	1.306.059	55.243	(139.227)		1.222.075
					Imposto de renda	(50.414)	(3.668)			(54.082)
						(271.628)	(10.189)			(281.817)
					<b>Lucro líquido do exercício</b>	984.017	41.386	(139.227)		886.176

### DIRETORIA

<b>Adriano Chaves Jucá Rolim</b>	Diretor	<b>Henrique Serrano do Prado Valladares</b>	Diretor	<b>Paulo Oliveira Lacerda de Melo</b>	Diretor
<b>Augusto Roque Dias Fernandes Filho</b>	Diretor	<b>Jayme Gomes da Fonseca Junior</b>	Diretor	<b>Renato Augusto Rodrigues</b>	Diretor
<b>Benedicto Barbosa da Silva Júnior</b>	Diretor	<b>João Antonio Pacifico Ferreira</b>	Diretor	<b>Roberto Lopes Pontes Simões</b>	Diretor
<b>Carlos Armando Guedes Paschoal</b>	Diretor	<b>Luiz Antonio Mameri</b>	Diretor	<b>Saulo Vinicis Rocha Silveira</b>	Diretor
<b>Carlos Roberto Mendonça Alves Dias</b>	Diretor	<b>Marcio Faria da Silva</b>	Diretor	<b>Sergio Luiz Neves</b>	Diretor
<b>Fernando Sampaio Barbosa</b>	Diretor	<b>Marcio Polidoro</b>	Diretor	<b>Valter Luis Arruda Lana</b>	Diretor

### CONTADOR

Afonso Celso Florentino de Oliveira - Contador - CRC-MG-071304/O-7 S-RJ - CPF: 874.220.506-91

### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Administradoras e Acionistas  
Construtora Norberto Odebrecht S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da Construtora Norberto Odebrecht S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

#### Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

#### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Construtora Norberto Odebrecht S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Ênfase

A Construtora Norberto Odebrecht S.A. é parte integrante do conjunto de empresas que formam a Organização Odebrecht, e mantém operações financeiras, comerciais e societárias, em montantes relevantes, com sua controladora e outras empresas pertencentes à Organização Odebrecht, as quais são realizadas nas condições referidas na Nota 11 às demonstrações financeiras. Adicionalmente, a Companhia continua envolvida em processo de equalização da sua estrutura societária, conforme descrito nas Notas 1 (ii) e 18.

#### Outros assuntos

##### Demonstrações financeiras consolidadas

Conforme descrito na Nota 2.1, a Companhia elaborou suas demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as apresentou em separado dessas demonstrações financeiras individuais. Nosso relatório de auditoria sobre as referidas demonstrações financeiras foi emitido, sem modificação, com data de 16 de março de 2011.

Salvador, 16 de março de 2011



PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ

Fabio Cajazeira Mendes  
Contador  
CRC 1SP196825/O-0 "S" RJ